



A territorialização dos indígenas Katxuyana na região do Trombetas, oeste do Pará

The territorialization of the Katxuyana indigenous in the Trombetas region, western Pará

La territorialización de los indígenas Katxuyana en la región de Trombetas, oeste de Pará

Luciene Monteiro Penha  

Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho (RO), Brasil
lucienemonteiro30@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva  

Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho (RO), Brasil
adnilson@unir.br

Resumo

O artigo analisou o processo de territorialização dos indígenas Katxuyana, no município de Oriximiná, oeste paraense. No início dos anos 2000, os Katxuyana retornam para seu território de origem, após viverem por mais de 30 anos em outros territórios. O processo de territorialização para os Katxuyana tem um duplo significado: afirmação de uma identidade e a luta pela demarcação de seu território tradicionalmente ocupado. Esses coletivos têm relações diferenciadas com a forma de apropriação do território, gerando muitas vezes conflitos, lutas e territorialidade, sobre o qual se estabelece um sistema cultural que constituem os pilares do povo indígena e o sentido de pertencimento daquele território, que vai muito além de um meio de subsistência, possuindo dimensões simbólicas que fundamentam a vida social. Desta forma, as ações que envolvem o coletivo indígena são as reivindicações pelo direito de uso e autonomia política no território. Para a elaboração deste texto, foi realizada revisão bibliográfica referentes aos conceitos de territorialização, territorialidade e identidade, com ênfase em autores da Geografia e áreas afins, bem como, incorporou-se as reflexões frutos dos diálogos realizados com os Katxuyana, obtidas por meio de entrevistas, reuniões e trabalhos de campo.

Palavras-chave: Indígena Katxuyana. Identidade. Território. Territorialidade. territorialização.

Abstract



The article analyzed the territorialization process of the Katxuyana indigenous people, in the municipality of Oriximiná, west of Pará. In the early 2000s, the Katxuyana returned to their territory of origin, after living for over 30 years in other territories. The process of territorialization for the Katxuyana has a double meaning: affirmation of an identity and the struggle for the demarcation of their traditionally occupied territory. These collectives have differentiated relations with the form of appropriation of the territory, often generating conflicts, struggles and territoriality, on which a cultural system is established that constitute the pillars of the indigenous people and the sense of belonging to that territory, which goes far beyond a means of subsistence, having symbolic dimensions that underlie social life. Thus, the actions that involve the indigenous collective are the claims for the right to use and political autonomy in the territory. For the elaboration of this text, a bibliographic review was carried out regarding the concepts of territorialization, territoriality and identity, with emphasis on authors of Geography and related areas, as well as the reflections resulting from dialogues held with the Katxuyana, obtained through interviews, meetings and field work.

.Keywords: Katxuyana indigenous. Identity. Territory. Territoriality. territorialization.

Resumen

El artículo analizó el proceso de territorialización de los pueblos indígenas katxuyana, en el municipio de Oriximiná, al oeste de Pará. A principios de la década de 2000, los Katxuyana regresan a su territorio de origen después de vivir durante más de 30 años en otros territorios. El proceso de territorialización para los Katxuyana tiene un doble sentido: la afirmación de una identidad y la lucha por la demarcación de su territorio tradicionalmente ocupado. Estos colectivos tienen diferentes relaciones con la forma de apropiación del territorio, generando muchas veces conflictos, luchas y territorialidad, sobre los cuales se establece un sistema cultural que constituye los pilares de los pueblos indígenas y el sentido de pertenencia a ese territorio, que va mucho más allá de un medio de subsistencia, teniendo dimensiones simbólicas que subyacen a la vida social. Así, las acciones que involucran al colectivo indígena son las demandas por el derecho de uso y la autonomía política en el territorio. Para la elaboración de este texto, se realizó una revisión bibliográfica respecto a los conceptos de territorialización, territorialidad e identidad, con énfasis en autores de geografía y áreas afines, así como incorporando las reflexiones resultantes de los diálogos realizados con el Katxuyana, obtenidos a través de entrevistas, encuentros y trabajo de campo.

Palabras-clave: Indígena katxuyana. Identidad. Territorio. Territorialidad. territorialización.

Introdução

A Amazônia possui uma grande biodiversidade e exuberante beleza natural, na qual convivem diferentes povos indígenas com enorme riqueza cultural, que produzem espaços e, ao mesmo tempo, apropriam-se deles, como resultado de práticas de territorialização. Esses povos têm relações diferenciadas com a forma de apropriação do território, gerando, muitas vezes, conflitos e lutas, o que impõe a necessidade de ações capazes de ordenar o território.

Desta forma, as ações que envolvem os indígenas Katxuyana no processo de territorialização são reivindicações pelo direito de uso e autonomia política nos seus territórios de vivência e reprodução social, com estratégias de lutas e alianças sociais necessárias, através de associações, conselhos e por territorialidade específica, segundo seu grupo étnico.

Contudo, para ocorrer a apropriação desse território são necessárias a criação e inserção de um sistema de símbolos que são identificados pela coletividade que interage no território. A partir dessa identificação esse sistema é efetivado e marcado pela tradição da coletividade, pela força de trabalho e pelas relações de produção, garantindo assim, os domínios territoriais. Esse é um fator importante que não devemos negligenciar na formação do território indígena, pois, a totalidade das relações efetivadas forma sua territorialidade. Assim, a territorialidade advém, portanto, de ações desenvolvidas pela coletividade, na tentativa de formar e manter um território para controlar uma área, pessoas e/ou recursos (HAESBAERT, 1997; SAQUET, 2010).

É nesse contexto que se desenvolve a análise do processo de territorialização dos indígenas enquanto problemática que envolve a apropriação do seu território, tendo como objeto de estudo o coletivo indígena Katxuyana. As questões que envolvem seu território são um ponto fulcral dos direitos constitucionalmente assegurados aos indígenas, uma vez que, para eles, reveste-se em valor necessário à sobrevivência de sua cultura e do coletivo. Esses direitos estão amparados à medida que se tem acesso à posse permanente de seu território tradicional garantido pelo Estado.

As particularidades dos Katxuyanas, com sua identidade cultural e seu modo de vida, motivou a realização da pesquisa, principalmente por se tratar de um povo que foi obrigado a migrar do território de origem, no final da década de 1960, passando a residir, por mais de 30 anos, em outros territórios, retornando apenas no início de 2000 para a região do Alto Trombetas, no estado do Pará. Para os Katxuyana, esse processo de territorialização tem um duplo significado: afirmação de uma identidade e a luta pela demarcação de seu território tradicionalmente ocupado.

Para a elaboração deste texto foi realizada revisão bibliográfica referentes aos conceitos de territorialização, territorialidade e identidade, com ênfase em autores da

Geografia e áreas afins, bem como, incorporou-se as reflexões dos diálogos realizados com os Katxuyanas, obtidas por meio de entrevistas, reuniões e trabalhos de campo.

Desta forma, o artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção resgata-se referenciais teóricos que discutem conceitos de territorialização, territorialidade e identidade para compreender o uso do espaço por povos indígenas. Na terceira seção se discute o processo de territorialização dos Katxuyana e as mobilizações na luta para assegurar os seus direitos e a defesa de seu território. Por fim, encaminham-se as considerações finais.

Territorialização, territorialidade e identidade: caminhos conceituais

O território é composto por um ambiente biofísico que compõem a base das relações material e cultural de seus habitantes. Segundo Little (2002, p. 3) o território é definido como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território”. Portanto, é onde expressam seus interesses e a forma como se territorializam. A territorialização pode ser concebida como processo de domínio e significação de um território através de relações sociais dos coletivos que nele habita.

Para Andrade (1998, p. 214) “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”. Para este autor, a territorialidade é definida dentro o processo subjetivo que conscientiza a população por fazer parte de um território, uma vez que os aspectos que definem seu território é identitário, simbólico, cultural e político.

Quando falamos de identidade, adentramos em um campo imaterial da abordagem geográfica, que se revela no espaço. Nesse sentido, Moraes (2005, p. 23) argumenta que “a valorização simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e a produção do espaço, processos guiados por interesses e valores materiais e simbólicos”. Nesses termos, afirmar pertencer a uma etnia é afirmar/compartilhar significados coletivos gerados por relações sociais que, através de

suas experiências, são inseridos no padrão identitário do grupo étnico ao qual pertencem.

Desta forma, o processo de territorialização envolve elementos simbólicos e materiais que conformam o ambiente significativo. Para João Pacheco de Oliveira (1998), em seu clássico “Etnologia dos Índios Misturados?”, aponta que a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora.

É neste contexto que o autor (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55) considera “um grupo étnico como um tipo organizacional, onde uma sociedade se utilizava de diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação social”. Logo, não é o que perderam que conta, mas o que construíram e reelaboraram ao longo de suas trajetórias que os mantêm vivos e etnicamente referenciados. Com efeito, os indígenas Katxuyana viveram com outras etnias por mais de 30 anos, longe do território de origem, tendo que se reconstruir para manter suas representações e aspectos étnicos identitários.

Aliás, no campo da batalha jurídica pelo reconhecimento e demarcação de territórios indígenas deve-se contrastar esse processo dinâmico de reconstruções identitárias à chamada “etnologia das perdas”, utilizada pelas estruturas do Estado para combater os processos de demarcação de território. Argumentos dessa natureza têm operado nos tribunais para paralisar processos de demarcação territorial alegando falta de “indianidade” aos solicitantes¹. É a etnologia das perdas presentes no campo jurídico e amplamente aceita pelo senso comum que tem, arbitrariamente, os indígenas de hoje em relação à época da chegada dos europeus. Ou seja, do ponto de vista da etnologia das perdas, seria mais índio aquele que mais conservou características do período da conquista europeia.

¹ É ilustrativo dessa situação a sentença proferida em 2015 pela Justiça Federal de Primeiro Grau do Pará, segunda vara da subseção de Santarém (disponível em: Disponível em: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Sentenca_TI_Maro.pdf), na qual é contestada a condição de indígena dos povos da Terra Indígena Maró. Na argumentação da sentença é explícito a análise via antropologia das perdas.

Diante deste quadro a importância do território ganha duplo aspecto, quais sejam: participar ativamente do processo identitário e de manter o modo de vida dos indígenas. Para os indígenas, possuir um território permite às populações indígenas mais adequadamente (re)construir sua dimensão simbólica e espiritual para manter a vida. Segundo Almeida Silva (2010), os coletivos humanos, através de suas experiências, produzem “marcas” ou “marcadores territoriais” que são dotadas de qualidades inerentes à territorialidade. Em outras palavras, marcadores territoriais são elementos da cultura, da espiritualidade e do modo de vida, manifestados no terreno das representações que contribuem para a defesa territorial de um povo.

Em um contexto de ameaça à posse dos territórios, defender os processos de territorialização implica, novamente, considerar duas faces. Uma envolve os elementos imateriais geradores de territorialidades e identidade, com sentido de pertencimento a um grupo, sendo imprescindível para a preservação cultural dos povos indígenas. A outra envolve os recursos naturais como elementos materiais da base territorial.

Portanto, a adoção dos conceitos de territorialização, territorialidade e identidade nos dará um maior entendimento referente a luta do povo Katxuyana, o uso político do território que os abrigam, que atendem não só as aspirações de reprodução material, como também, à expressão da especificidade cultural que, efetivamente, mobilizam o coletivo.

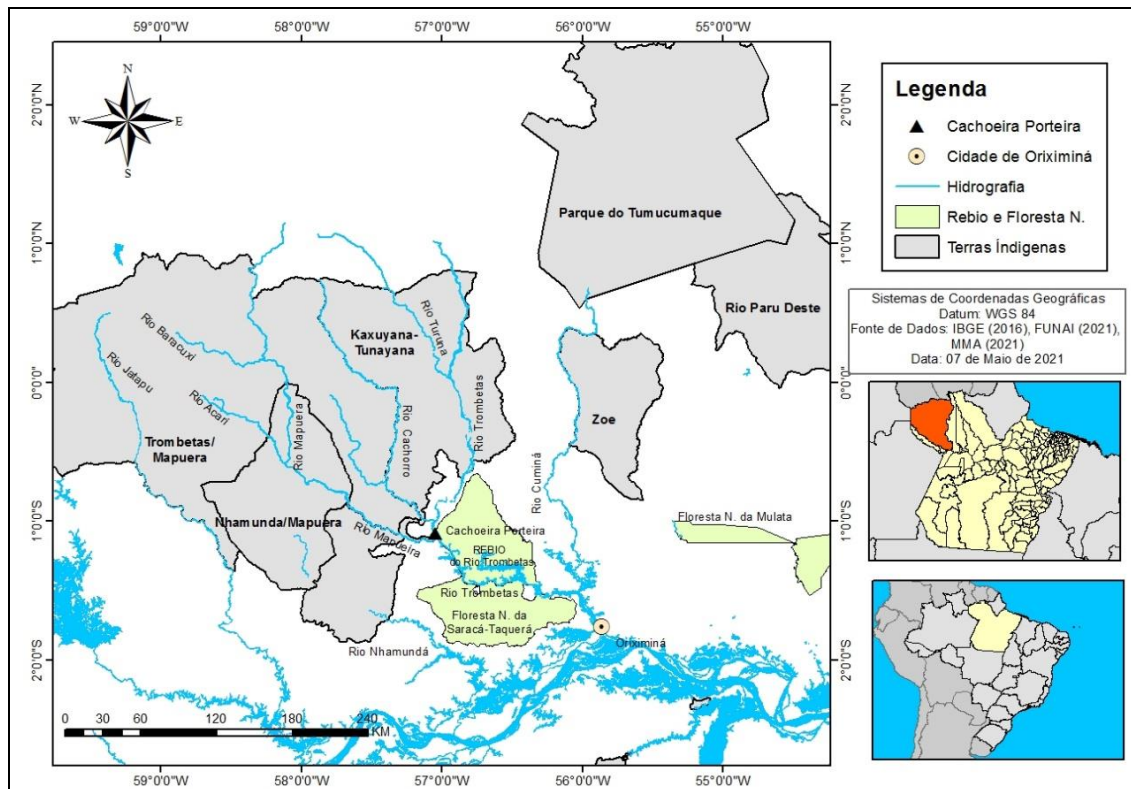
O processo de territorialização Katxuyana na bacia do rio Trombetas

O povo Katxuyana, falante da língua Katxuyana, do grupo Parukotoano, ramo guianense da família linguística karib² (MEIRA, 2006), vive na região da bacia do rio Trombetas (Figura 1), às margens do rio Cachorro e de outros rios subsidiários no

² Para o linguista Aryon Rodrigues (1993), a família linguística caribe ou karib é uma das três maiores da Amazônia e mais espalhadas da América do Sul, junto com as famílias aruák e tupi-Guarani. A família karib é essencialmente amazônica, tem cerca de 40 membros repartidos tanto ao norte quanto ao sul do rio Amazonas. As línguas karib modernas estão concentradas principalmente no Maciço das Guianas (região da Grande Guiana) e na região entre o rio Orinoco, na Venezuela, e o estado de Roraima, no Brasil. Uma das propriedades das línguas karib é a “ordem OVS” (objeto – verbo – sujeito). Ainda sobre a família linguística karib, suas características, ou a evolução das línguas dessa família ver: Rodrigues (1985), Wallace (1970), Meira (2006).

município paraense de Oriximiná. Essa região é uma das áreas mais preservadas da Amazônia brasileira, com grande parte coberta por florestas e com baixa densidade populacional (0,4 hab/km²), sendo habitada por comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas, que no decorrer do processo histórico, social e cultural de ocupação, foram perseguidos, os quais tiveram a mata/floresta como proteção e refúgio das mazelas e da perversidade humana que o capitalismo produziu nessa região.

Figura 1: Mapa da localização da bacia do rio Trombetas



Fonte: Autores, 2021.

As principais fontes historiográficas sobre Katxuyana e os demais indígenas que habitavam a extensa bacia do Trombetas datam do século XVII e início do século XVIII. Trata-se de documentos escritos por viajantes, cronistas e missionários europeus. Entre esses escritos, temos os relatos produzidos pelo Frei São Manços, onde se encontram as primeiras menções aos índios Katxuyana, os “Caxonerá”, durante suas viagens de exploração à região do rio Trombetas, entre os anos de 1725 e 1728 (FRIKEL, 1970).

No entanto, o contato com os Katxuyana do rio Cachorro e demais vizinhos indígenas, foi obtido na primeira metade do século XX pelo frey Protásio Friel, através dos trabalhos de campo, “cuja experiência e visitas aos povos da bacia do Trombetas aconteceram entre os anos de 1940 e 1970” (Girardi, 2011, p 23).

Na organização dos dados de Friel (1970), nos séculos XVII e XVIII o povo Katxuyana se originou da mistura entre dois povos que migraram para a área do Trombetas/Kaxúru. Um deles foi “constituído por migrantes do oeste do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, que se tornaram Kaxúyana em sentido próprio; o outro era o Arikyana ou Waríkyana, oriundo do leste, das regiões da foz do Amazonas”, que sobem o rio Trombetas e Erepecuru e “mesclam-se” com os Kaxúyana” (FRIKEL, 1970, p. 9).

Essa mistura teria originado pequenas subdivisões: Axúyana, Waríkyana, Káhyana, Ingarüne, dentre outros, em situação de isolamento, que foram nomeados de acordo com os rios de habitação, acrescidos da expressão “yana” (gente). Com isso constituiu-se um “[...] sistema nominativo fluvionímico – de etnômios compostos por uma combinação entre uma raiz fluvial (Kaxuru, Kahu, Yaskuri etc.) e um sufixo coletivizador (-yana) [...]” (GIRARDI, 2011: 16).

Friel obtém dados orais dos Katxuyana sobre a ocupação dos povos indígenas na bacia do Trombetas, que descendem do contato interétnico de diferentes povos indígenas, que, devido a perseguição da “coroa portuguesa” ou “brancos”, subiram o rio Amazonas e depois o Trombetas.

Quando Marawará chegou, ficou primeiro com panano em Txurutá-húmu. Mas depois o português veio também perseguir prênó ali e matou muita gente. Tawírikemá resolveu ir embora e partiu com toda a gente dêle. Mudou-se para a terra dos Pawíxi e ficou morando na região da boca do Trombetas. Primeiro, todos ficaram juntos. Depois, Pawíxi foi embora. Subiu o Paríkuru (Cuminá) e fez grande maloca do Ponékuru (Penecura). Panano também foi embora, com os outros. Subiu o Rio Grande, o Kahú. Ali, prênó se espalhou. Alguns ficaram no rio morto. Outros entraram no rio Kaxúru e Txôrôwáhô e aí viraram Kaxúyana. Outros ainda ficaram no Yaskurí: são os Waríkyana. Panano subiu mais ainda e foi morar nas cabeceiras dos braços (fluentes) do Kahú; tornaram-se Káhyana. Mêrêwá foi também, mas entrou muito mais para dentro, para o centro. E lá ainda está (FRIKEL, 1970, p. 21).

Os encontros amistosos ou pacíficos com os Karaiwa (não indígena) ocorreram somente com os Mekoro (negros), descendentes de ex-escravos fugidos de cidades e fazendas do baixo rio Amazonas que, no contexto histórico de resistência às tentativas de controle e domínio coloniais, constituíram sua singularidade na paisagem trombetana (ACEVEDO; CASTRO, 1993; ANDRADE, 1995; FUNES, 1995; SAUMA, 2013; 2014).

Os primeiros registros do etnônimo “Katxuyana” – grafado como “Cachuana”, “Cachuianã”, “Cashuena” e “Caxorena” – mencionam, justamente, as relações com os “mocambeiros” ou “quilombolas”, que informavam os viajantes sobre esses índios então tidos como “arredios” ou “bravios” (SOUZA, 1873; RODRIGUES, 1875).

Os indígenas da região do rio Trombetas, os chamados “índios do Trombetas”, sofreram um definhamento pelas doenças a partir do contato com os não indígenas. Segundo Frikel (1970), isso ocorreu a partir de meados do século XIX e XX, com o aparecimento de graves doenças, a exemplo de uma epidemia de sarampo ocorrida na década de 1920, descrita como uma das mais devastadoras³.

Tendo em vista a mortalidade que provocou baixa populacional, somando menos de 70 pessoas, estavam diante de um eminente risco de desaparecimento, sendo que suas opções de casamentos eram restritas, assim, os Katxuyana tiveram que tomar a difícil decisão de abandonar suas casas, roças e seus animais de estimação e dividiram-se em dois grupos.

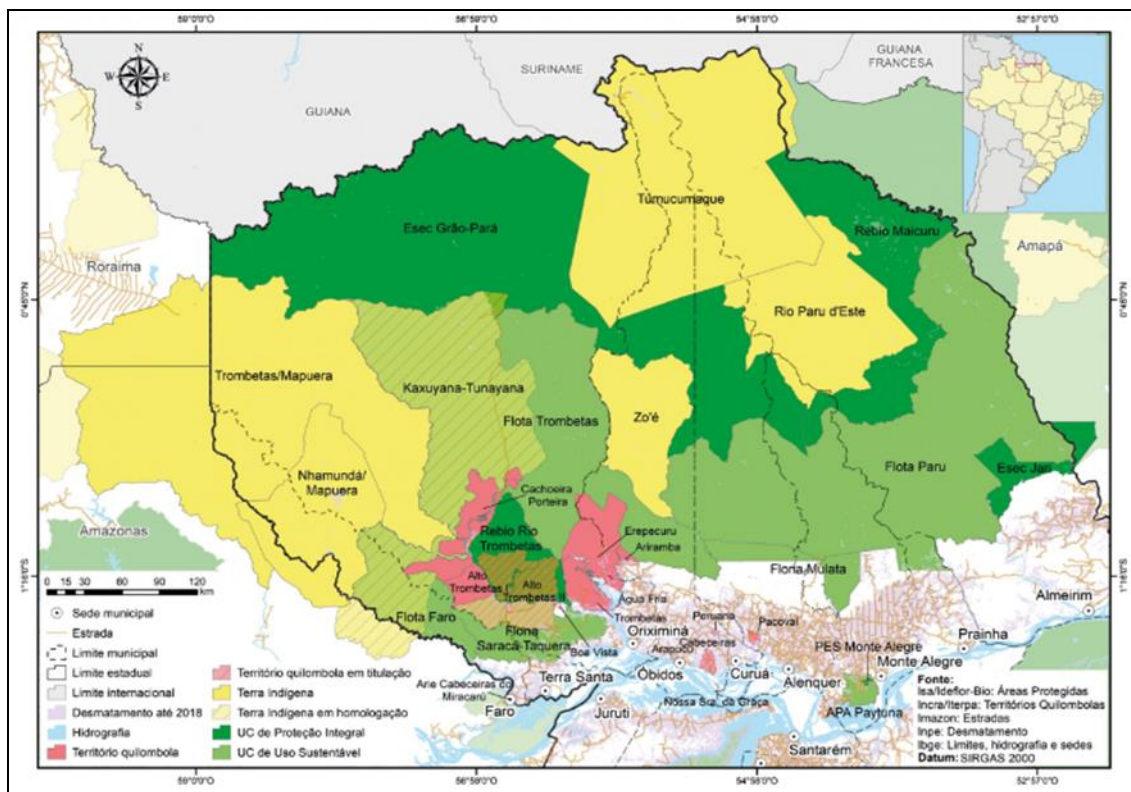
Com o auxílio da Força Aérea Brasileira (FAB) e de missionários franciscanos, a maioria pariu de seu território na bacia do Trombetas para viver no território dos Tiriyo (Figura 2), outro grupo falante de uma língua da família Caribe (karib), numa missão franciscana, no Tumucumaque⁴, na região do Alto Paru de Oeste; enquanto um grupo de

³ Frikel (1970) estima que os indígenas somavam de 300 a 500 pessoas entre 1920 e 1925. Na primeira metade do século XX, a disseminação de epidemias de sarampo teria contribuído para uma drástica redução do contingente populacional. Como ressalta o missionário, muitas dessas pessoas teriam falecido: “os índios mais velhos contaram que aqueles que ainda estavam bons não tinham mais tempo nem vontade de enterrar os mortos, abnodando os cadáveres juntamente com os doentes, [eles] fugiam para a mata” (FRIKEL, 1970, 44).

⁴ Os missionários franciscanos fundaram com o apoio do governo brasileiro, na década de 1950 a Missão Tiriyo no Tumucumaque. Além da catequização, os missionários com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) garantiam aos indígenas os serviços de transportes, saúde, educação.

5 ou 6 indivíduos resolveu juntar-se Hixkaryana, também falantes de línguas Caribe, junto com a missão Kassawá, instalada pelos evangélicos do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no rio Nhamundá (CAIXETA DE QUEIROZ, 2008; GRUPIONI, 2010; CAIXETA DE QUEIROZ; GIRARDI, 2012).

Figura 2: Mapa da Migração do território Katxuyana para Missão Tiriyo na Terra Indígena Parque do Tumucumaque e com os Hixkaryana no rio Nhamundá



Fonte: IMAZON, 2020.

Assim como no passado, os povos indígenas do Trombetas, Cachorro, Kaspacuru e das cabeceiras se aproximaram a fim de evitar o desaparecimento. Os Katxuyana migram para outros territórios para não serem extintos e “tal estratégia não significa deixar de ser, ou incorporar o outro. Assim, para sobreviver, deveriam, como já haviam feito em outras ocasiões, juntar-se a outro grupo” (GALLOIS; RICARDO, 1983, p. 220). Ainda de acordo com os autores:

Havia descendentes de quase todos os subgrupos antes citados. As diferenças, hoje, são apagadas, restando, porém, as tradições e o conhecimento da história de cada grupo. Cecílio, um dos homens Kaxuyana mais prestigiados no Paru, informou que a maior diferenciação situava-se entre os “Trombeteiros”, mais aculturados e que falavam todos o português, habituados ao contato com a população regional, e os índios do interior, que habitavam zonas mais isoladas. Entre os primeiros, vivem na Missão do Paru descendentes dos Iaskuryana, dos Ingarüne e dos Xikuyana, além dos Kahyana-Ewarhoyana, que os Tiriyo chamam de Maipuriana. Entre os segundos, há descendentes dos Juruayana, dos Xaromarü e dos Kaxuyana propriamente ditos (GALLOIS, 1981 *apud* GALLOIS; RICARDO, 1983, p. 220).

Nesses territórios, os indígenas conheceram a assistência médica, a escola primária e o serviço assalariado. Ali, também conheceram o hábito não indígena da “demarcação” – da delimitação de um território que, noutros tempos, “ia até onde a sola dos pés queria ir” (GRUPIONI, 2011, p. 321). Para esses indígenas, a ideia de território superava os limites físicos, pois, a configuração do território se dá pelas relações multiétnicas estabelecidas em meio ao compartilhamento dos espaços.

Familiarizando-se com a vida na “terra fechada” (GRUPIONI, 2011, p. 322), os Katxuyana do Paru, como ficaram conhecidos aqueles que migraram para o Tumucumaque (GALLOIS; RICARDO, 1983), conviveram com os Tiriyo por mais de 30 anos. Com eles se misturaram, se casaram e tiveram filhos. Contudo, sempre se sentiram como “exilados”, habitando um território de ocupação dos Tiriyo. Assim, por exemplo, a língua ensinada na escola, e muitas práticas culturais naquele lugar, era tiriyo. Os Katxuyana tiveram dificuldades de adaptação, sobretudo, quanto à forma de organização da aldeia, do sistema de trabalho coletivo, bem como, nas relações de parentesco. Para Gallois e Ricardo, a interação dos Katxuyana com os Tiriyo:

Ocorreu a um ritmo relativamente acelerado, através de casamentos (ver capítulo “Tiriyo”). São sobretudo homens Kaxuyana que se casam com moças Tiriyo, o que torna a absorção mais completa, desde que os homens, ao casar, passam a residir perto dos sogros Tiriyo, deixando o “bairro” Kaxuyana na aldeia da missão. Mesmo assim os Kaxuyana tiveram dificuldades de adaptação por sentirem-se na situação de “convidados” permanentes, isto é, em terra alheia. Dizem que durante muito tempo pensavam em voltar para a área de origem. Para solucionar parcialmente este

problema, formaram uma aldeia própria – Acapu –, situada a duas horas da missão, onde reside permanentemente o líder Kaxuyana, Manoel Souza. Mesmo assim, os Kaxuyana ficam quase sempre na missão, seja porque trabalham, seja porque têm crianças na escola ou estão casados com mulheres Tiriyo (GALLOIS; RICARDO, 1983, p. 220).

Os Katxuyana fundaram aldeias separadas no Tumucumaque, “a fim de fortalecer a independência de seu povo em relação aos outros indígenas da área” (GALLOIS; RICARDO, 1983, p. 215). Os Katxuyana que foram para o rio Nhamundá passaram a habitar a Aldeia Porteira. Nessa discussão são perceptíveis as diferentes referências de identidades construídas pelos variados segmentos étnicos no território.

Para Grupioni (2010), os Katxuyana sempre insistiram em evidenciar as suas características diferentes dos Tiriyo, e que alguns nunca desistiram do sonho de regressar ao seu território, o que fez concretizar, no início de 2000, quando um grupo de indígenas Katxuyana se organizou para recuperar antigo território, no rio Cachorro (Figura. 3).

Figura 3: Aldeia Santidade no rio Cachorro, afluente do rio Trombetas (Pará)



Fonte: Grupione, 2008.

Apenas parte dos Katxuyana voltou⁵ do Paru. A princípio, retornou uma família e, logo em seguida, as demais famílias que são parentes a esta se deslocaram para o local. Em 2009 eram oito famílias distribuídas em três aldeias: duas no rio Cachorro e uma no rio Trombetas. Delineando um movimento de retomada de seu território tradicional, as primeiras famílias procuraram por uma antiga aldeia onde viveram por mais de uma década antes da migração, sob a chefia de Juventino Matxuwaya.

Foi assim que parentes deste líder fundaram a aldeia Warahatxa Yowkuru, no lugar da aldeia velha, a antiga aldeia Santidade, como é conhecida, em português. Naquela velha aldeia, antes de migrarem, Juventino Matxuwaya vivia com sua família. Passados quase meio século, foi nesse lugar que os Katxuyana decidiram reabrir sua aldeia. Lugar que deu origem ao próprio nome Katxuyana, traduzido como “gente” ou “povo” (-yana) do “Cachorro” (Katxuru) - que quer dizer “gente do cachorro”.

Almeida Silva (2015, p. 23) aponta que a territorialidade indígena está relacionada “à compreensão que o indígena tem de seu universo, onde estabelece conexões com a terra e com os demais componentes existentes nela”. Por isso, é necessário compreender que os símbolos, a mitologia, os espaços/territórios são indissociáveis para os indígenas, uma vez que eles funcionam como um sistema que se integra de forma interdependente, acrescenta o autor. A territorialidade é, portanto, as vivências e experiências estabelecidas dentro de seu território.

Os moradores da aldeia Santidade são parentes – consanguíneos ou afins – da família extensa de João do Vale Pekiruruwa e seu de filho Mauro Makaho, respectivamente, ex e atual cacique da aldeia. Eles também são parentes de Honório Awahuku e Juventino Petirima Junior, filhos do antigo líder Juventino Matxuwaya. Na aldeia Santidade, os moradores são Katxuyana, Tiriyó, Txikiyana. Alguns são kaxuyanânê, como dizem, ou seja, Kaxuyana verdadeiro, sem mistura. A maioria, contudo, é composta por filhos e filhas de casamentos interétnicos, especialmente entre

⁵ Nem todos quiseram ou puderam sair do Tumucumaque. No artigo sobre a migração Kaxuyana em que discutem o processo de dispersão e fusão Caixeta de Queiroz e Gonçalves Girardi (2012) retomam as regras do sistema de parentesco e as obrigações do genro para com a família de sua esposa. Segundo essas regras, o rapaz recém-casado deve fazer uma série de trabalhos para auxiliar seu sogro como, por exemplo, ajudá-lo a derrubar a mata para fazer uma roça.

Kaxuyana e Tiriyo. Eles são os kaxuyana tóskema, aqueles com sangue misturado, como relatam (JUVENTINO KATXUYANA, entrevista realizada no dia 02/02/2021).

Após muito tempo habitando em outro território, junto com o povo Tiriyo, João do Vale Pekirirua demonstrava orgulho por sua aldeia, uma antiga aldeia do povo Katxuyana que havia sido reocupada, e onde vive desde então (MELLO, 2014, p. 27). O lugar da antiga aldeia Ewarho Mahunkatpĩri, ou seja, a última aldeia que seus parentes moraram, antes da migração de seu território, era mais distante, e isso significaria também mais custos nos deslocamentos frequentes da aldeia para o centro urbano de Oriximiná. O próprio local da antiga aldeia foi considerado impróprio por dois aspectos: *i*) não havia bons locais para a roça ali próximos, o que *ii*) limitaria a possibilidade de a aldeia crescer e acomodar várias famílias. O processo de retorno para o território Katxuyana, contada por Juventino Katxuyana:

No início de 2000, veio eu junto com outros Katxuyana falar com o prefeito que queria voltar pra nossa terra, dos nossos ancestrais. Eu era criança quando minha família foi com as missões, eles disseram pra nós que era por causa de doença, mas eu não lembro, era muito pequeno...lembro da tristeza de nosso povo por ter que abandonar tudo casa, roça até os cachorros, ficou tudo abandonado. O nosso desejo de voltar só aumentava, meu pai queria muito voltar pra nossa antiga terra. Lembro dele falando que nossa terra era bom de viver, tinha muito peixe, árvore, fruta. Quando chegamos em cachoeira porteira, fizemos uma reunião com a comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, nessa reunião falamos sobre o nosso retorno e reabrimos uma antiga aldeia de nome Waraha hatxa you kuru, que é a aldeia de Santidade (entrevista realizada 03/02/2021, na cidade de Oriximiná).

No retorno ao rio Trombetas, Cachorro e afluentes, os indígenas Katxuyana se organizaram politicamente para lutar por seus direitos pela demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, criando a Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana – AIKATUK e apoio do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (figura 4).

Figura 4: Reunião dos indígenas sobre a regularização dos seus territórios



Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepe, 2014.

Em 2005 os Katxuyana se mobilizaram e enviaram documentos solicitando para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI a formalização para a regularização fundiária. Mas, somente em julho de 2008 a Funai constituiu uma equipe técnica para realizar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena – RCID da TI Kaxuyana-Tunayana (Portaria 875 de 31/07/2008), sendo concluídos em 2013. Foi publicado pela Funai, no dia 20 de outubro de 2015, o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, onde vivem os povos Katxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu- Hixkaryana, Xereu-Katuena e isolados.

A publicação do relatório era uma das demandas conjunta dos grupos indígenas e quilombolas de Oriximiná. Após a publicação do Relatório, veio a homologação. Em setembro de 2018 a Terra Indígena foi declarada pelo Ministro da Justiça. Porém, o

último passo para a finalização é o registro em cartório pela Presidência da República⁶ que, até o momento da pesquisa, não foi feito (IEPÉ, 2020).

A luta pela garantia de um território normativo, nas bases jurídicas de demarcação de terras, mantém a perspectiva da dinâmica sociocultural que se desenvolve, através dos costumes e tradições. Nesse sentido, os indígenas se organizam:

Social, política e economicamente dentro de uma configuração espacial que envolve todas as partes do seu mundo, operada em um continuum em que relações sociais antigas e novas interagem-se, integrando o passado e o futuro como condição do presente (LADEIRA, 2008, p. 105-106).

Diante deste contexto, entendemos que o controle territorial adquirido tem sentido como forma de resistência cultural. Este conceito incorporado pelos indígenas foi utilizado, a princípio, como instrumento de reivindicação de autonomia ou estratégia de usufruto de uma série de direitos negligenciados (ALMEIDA SILVA, 2015).

É possível vislumbrar a dinâmica do território Katxuyana, no qual o formato de um espaço de vida como nas aldeias é estabelecido por divisões naturais, como rios, montes e florestas, que possibilitam o estabelecimento de relações fundamentais de reciprocidade inerentes à existência de um verdadeiro território (SAQUET, 2007).

Desde que os Katxuyana retornaram para seu território de origem, o quantitativo populacional vem crescendo. O último Censo Demográfico (IBGE, 2010)⁷ apontou que a população Katxuyana tem aproximadamente 418 habitantes, Sendo que, no passado, essa etnia foi quase dizimada na década de 1970, totalizando 64 pessoas, composta por 31 homens e 33 mulheres (FRIKEL E CORTEZ, 1972).

⁶ Desde 2016, tanto o ex-presidente Michel Temer como o atual chefe do Palácio do Planalto, Jair Bolsonaro, não demarcaram nenhum centímetro de território indígena no Brasil. O atual governo tem como característica uma agenda desestruturadora de direitos sociais, econômicos e territoriais, especialmente para o campo brasileiro, que abriga uma diversidade de territórios tradicionais (COSTA SILVA, 2022).

⁷ Por causa da pandemia da covid-19, não foi possível realizar o Censo de 2020. A pesquisa é realizada no Brasil a cada 10 anos e deveria ter sido feita em 2020, mas foi adiada para 2021. Porém o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, confirmou que não há recursos para realizar o Censo (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Na década de 1980, Gallois e Ricardo (1983) apontaram que eram escassos os dados sobre a evolução da população Katxuyana. Por isso, afirmavam que seria difícil saber se o aumento populacional decorreria do crescimento demográfico ou da agregação de outros povos, pelo processo em que se estabeleceram os casamentos interétnicos com outros grupos (sobretudo com os Hixkaryana e com os Tiriýó). Até hoje, com a continuidade dos intercassamentos, é difícil afirmar com precisão o quantitativo populacional Katxuyana. Atualmente, residem 43 famílias no território Katxuyana, distribuídas em nove aldeias na região do Alto Paru do Oeste, no rio Nhamundá e no rio Cachorro (Katxuru), afluentes da bacia do rio Trombetas (Quadro 1).

Quadro 1: Localização das aldeias Katxuyana

Localização	Rio	Aldeia
Estado do Pará – nos limites da Terra Indígena Trombetas-Mapuera	Cachorro Trombetas	Warahatxa Yowkuru (Santidade) Chapéu Visina
Fronteira entre os estados do Amazonas e do Pará – nos limites da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera	Nhamundá	Areal Cafeza
Fronteira entre os estados do Pará e do Amapá – na Terra Indígena Parque do Tumucumaque	Paru de Oeste	Missão Tiriýó Orokofa Tut Komiti Santo Antonio

Fonte: Autores, 2021

Os idosos com quem conversamos sempre diziam que na época em que tiveram que migrar para o Tumucumaque (para a Missão, como chamam) quase não havia crianças na aldeia. De acordo com os dados de Frikel e Cortez (1972), as crianças (de 0 a 9 anos) representavam 36% da população kaxuyana naquele momento. No último censo a população da aldeia Katxuyana era de 64 indivíduos, sendo que 59% deles tinham menos de 14 anos de idade.

Um aspecto relevante a ser apontado é o fato de que mais de 50% da população frequenta a escola, sendo importante ganho para instruir academicamente os indígenas. Na mesma sala estudam alunos de diferentes séries, convivendo, então, adolescentes

solteiros, homens e mulheres casados com filhos. Os indígenas sabem da necessidade de aprenderem o conhecimento formal, “para poder saber de seus direitos e lutarem por eles” (Juventino Katxuyana, entrevista realizada 03/02/2021, na cidade de Oriximiná).

Considerações finais

As dinâmicas da expressão socioespacial indígena no Brasil evidenciam um campo de estudos que oferece oportunidade para avançar na necessidade de articular conceitos que tratam de território, territorialidade e identidade no âmbito das diferentes ciências, para responder ao processo de territorialização pelo qual tem passado certas populações, como a situação dos Katxuyana.

Os indígenas Katxuyana são expressivos de manifestações por sua coletividade, que evidenciam sua identidade indígena. Sua existência coletiva, manifesta em rituais, encontros, reuniões, assembleias, indumentária e reivindicações ao acesso dos direitos indígenas, traduzem sua etnicidade. É nesse processo que ocorre a territorialização que se manifesta pela representação, ação, organização e estratégia desse povo.

Na demarcação de Terras Indígenas, o Estado se limita apenas ao território físico; já para os indígenas, o território é tecido com base nas relações socioculturais, onde cada indígena carrega uma perspectiva que se reflete no espaço ocupado, ultrapassando o territorial métrico, mas que é necessário para sua reprodução cultural do coletivo.

Um novo olhar vem sendo lançado sobre as questões que se referem aos processos socioculturais indígenas com a construção de referências de identidade, através do peso das vivências culturais. Essa nova etapa de vida, ou esse novo momento para os indígenas deve ser compreendido levando-se em conta as diferentes relações culturais, pois, é essa relação que decifrará o Território dos Katxuyana. O resultado desse processo ocorre através de lutas e reivindicações.

Os Katxuyana mostram uma dinâmica inserida em um campo de disputa sobre os domínios identitários e territoriais que se estruturou no enfrentamento aos interesses

econômicos e geopolíticos em seus territórios tradicionalmente ocupados. Esperamos que a produção desse artigo possa contribuir na luta desse povo, visibilizando os processos políticos sobre o Território dos Katxuyana.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela CAPES, com a concessão de bolsa de mestrado. Agradecemos as organizações indígenas e os professores indígenas dos Katxuyana pelo apoio, cooperação e cordialidade em todos os momentos que estivemos em trabalho de campo.

Referências

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA, 1993.

AGÊNCIA BRASIL. **Censo Demográfico não será realizado em 2021**. Reportagem publicada em 23/04/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-04/censo-demografico-nao-sera-realizado-em-2021>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are”** (reencontro) dos “marcadores territoriais”. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are”** (reencontro) dos “marcadores territoriais”. 2015. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.

ANDRADE, Lúcia. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. In: **Revista de Antropologia**, [S./l.], v. 38, n. 1. São Paulo: USP, 1995.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, Recife, 1998.

- CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben. **Trombetas-Mapuera: território indígena**. Brasília: Funai/PPTAL, 2008.
- CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben; GIRARDI, Luísa. Dispersão e concentração indígena nas fronteiras das Guianas. **Revista Brasileira do Caribe**, [S.l.], v. XIII, n. 25, jul-dez, 2012. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/2086>. Acesso em: 05 de fevereiro 2021.
- COSTA SILVA. R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. In: **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 104-111.
- DERBY, Orville. O rio Trombetas. In: **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia (Emilio Goeldi)**. Tomo II. Pará: Alfredo Silva, 1897- 1898. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/boletimdomuseup00ethngoog#page/n7/mode/1up>>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- FRIKEL, Protásio. **Os Katxuyana: notas etno-históricas**. Publicações Avulsas n. 14. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1970.
- FUNES, Eurípedes. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado. São Paulo: PPGHS/FFLCH/ USP, 1995.
- GALLOIS, Dominique; RICARDO, Carlos A. (Coords.). **Povos indígenas do Brasil: Amapá e Norte do Pará**. São Paulo: CEDI, 1983. v. 3.
- GRUPIONI, Denise Fajardo. **Kaxuyana: de volta à sua terra de origem**. 2010.
- GRUPIONI, Denise Fajardo. Dispersão sedentarizante nas terras indígenas Tumucumaque e Paru d’Este. In: RICARDO, Beto; Fany (orgs.). **Povos indígenas no Brasil 2006-2011**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF. 1997.
- IEPÉ. Comissão Pró-Índio de São Paulo; Instituto de Pesquisa e Formação Indígena São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://institutoiepe.org.br/2014/12/por-que-demarcar-a-ti-katxuyana-tunayana-conheca-seis-das-principais-razoes/>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Os indígenas no censo demográfico 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2020.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-mbya: significado constituição e uso**. Edição de Publicação. São Paulo: EDUEM / EDUSP, 2008.

- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia n° 322. 32p.
- MELLO, Adriana Russi Tavares. **Tamiriki, Pata Yotono Kwama**: a reconstrução de uma casa, a valorização de uma cultura e o protagonismo dos ameríndios Kaxuyana às margens do Rio Cachorro (Oriximiná-PA). 2014. 275 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MEIRA, Sergio. A família linguística Caribe (Karíb). **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília: FUNAI, [S./l.], v. 3, n. 1-2, 2006.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? : situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Rio de Janeiro: **Revista Mana**, [S./l.], 4.1, p.47-77, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>. Acesso em: 12 de março de 2021.
- SAUMA, Julia Frajtag. **The Deep and the Erepecuru: Tracing Transgressions in an Amazonian Quilombola Territory**. 2013. Tese de Doutorado. Londres: University College London, 2013.
- SAQUET, M. A. As Diferentes Abordagens do Território e a Apreensão do Movimento e da (I)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RODRIGUES, João Barbosa. Rio Trombetas. In: **Exploração e Estudo do Valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- SOUZA, Francisco Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas**. Pará: Typographia do Futuro, 1873. Disponível em: <<http://www.archive.org/stream/lembranasecurio00sousgoog#page/n7/mode/1up>>. Acesso em 10 julho de 2021.

Autores

Luciene Monteiro Penha – É Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atualmente é Professora da Rede Estadual de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM).

Endereço: Rua Marcílio Dias, n° 325, apt. 301, bairro Centro, Manaus – AM, CEP: 69.005-270.

Adnilson de Almeida Silva – É Graduado e Mestre em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente é Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Endereço: Rua Curitiba, n° 2932, bairro Caladinho, Porto Velho – RO, CEP: 76.808-244.

Artigo recebido em: 08 de março de 2022.

Artigo aceito em: 02 de maio de 2022.

Artigo publicado em: 01 de setembro de 2022.